



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ELABORANDO PROJETOS, PRATICANDO POSSIBILIDADES

Ana Claudia Dias Ivazaki
Profa. Educação Infantil
Graduanda em Pedagogia-UEPB
anaivazaki@gmail.com.br

Cristiane Maria Nepomuceno
UEPB /PROPESQ - Orientadora
crismarianepomuceno@hotmail.com

Inserir a temática da diversidade étnico-racial na Educação Infantil é um dos maiores desafios no processo de implementação da Lei 10.639/03. Um trabalho que contemple a diversidade requer, além da formação apropriada, currículo, metodologias e recursos que possam despertar na criança um aprendizado significativo capaz de ajudar a criança a ampliar sua visão de mundo no que diz respeito a diversidade. No Brasil, por muitos anos, priorizou-se histórias em que a maioria de seus heróis eram brancos, do mesmo modo os brinquedos e personagens seguiam um padrão de beleza europeizado, quando grande parte da população não corresponde a esse biótipo. Como as crianças tendem a se identificar com seus heróis e heroínas, trazer a diversidade étnica para o ambiente escolar é de fundamental importância para formamos sujeitos que reconhecem e valorizam a sua história, a diversidade racial e cultural brasileira. A Lei 10.639/2003 foi um marco na luta pelo resgate de nossa verdadeira história, e já podemos observar um maior número de obras literárias infantis, brinquedos e livros didáticos que trazem o negro como protagonista ajudando aos pequenos a terem referências que os ajude a afirmar sua negritude.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 10.639/2003. Educação infantil. Ludicidade. Diversidade Étnico-Racial.

Um dos grandes desafios do processo de implementação da Lei 10.639/03 na Educação Básica é como fazê-lo na etapa inicial, a Educação Infantil. Edificar uma proposta de educação capaz de contribuir para superação histórica das desigualdades e promover a efetiva afirmação de nossos educandos necessário se faz reformular conteúdos, metodologias e práticas, principalmente quando se trata do âmbito da Educação Infantil. No caso dos conteúdos, por exemplo, devem passar por uma ampliação dos conceitos possibilitando às crianças o conhecimento da história e cultura



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

das matrizes étnicas que formaram a nossa sociedade, assim aprenderão, de forma adequada, sobre si mesmas, sobre os outros e sobre as suas heranças e pertencas étnicas– tudo isso, por se tratar da Educação Infantil, feito de maneira atraente, lúdica e prazerosa.

Objetivando colocar em prática, de acordo com a concepção acima descrita, a inserção do conteúdo de História e Cultura Afrobrasileira numa turma na Educação Infantil da rede municipal de ensino da Cidade de Campina Grande-PB é que a vivência que relataremos nesse artigo foi desenvolvida.

Ao longo do ano de 2013, atendendo as determinações da Lei 10.639/03, elaboramos um projeto voltado para a valorização da cultura negra no espaço da Educação Infantil. A partir do uso da literatura, amparada na contação de histórias, procuramos introduzir a história e diversas formas de manifestações da cultura africana e afrobrasileira.

No ano anterior (2012) já havíamos colocado em prática outro projeto, intitulado “Educando para as relações étnicorracias na infância”, cuja culminância se deu na forma de uma “Mostra Pedagógica” totalmente voltada para as práticas culturais afrobrasileira. O trabalho desenvolvido envolveu todas as crianças (do berçário aos 05 anos de idade) das turmas de uma Creche-Escola. Utilizando jogos de faz de conta, literatura, brincadeiras, danças, músicas, capoeira introduzimos a história e a cultura africana e afrobrasileira. Todas as atividades foram desenvolvidas de maneira prática e prazerosa, onde as crianças, inclusive as de berçário tiveram a oportunidade de vivenciar tudo que foi proposto: experimentaram comida de influência africana, dançaram Maculelê, vestiram figurinos inspirados nas tendências africanas, cantaram músicas de Capoeira – inclusive com a realização de um “batizado de pequenos Capoeiristas”. Também foram confeccionadas máscaras africanas, brinquedos, atividades de letramento, entre outras. As atividades apresentadas na culminância foram desenvolvidas ao longo de todo o ano letivo. Um projeto exitoso que abriu muitas portas mostrando que é possível trabalhar a temática diversidade em todas as idades.

O projeto para este ano toma a literatura infantil como base. A ideia é a partir do uso desta ferramenta fomentar novos posicionamentos a respeito do negro e da sua



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

história. Assim, a escolha por um acervo que valorize a história e cultura afrobrasileira e africana é fundamental para a desconstrução da visão unificada, estereotipada e preconceituosa que se construiu desses povos ao longo da história brasileira e que insiste em continuar até os dias atuais. Com a adoção de uma literatura infantil de base afro-brasileira conhecemos outra perspectiva de contar história do Brasil, pois através desta passamos a ter a possibilidade de abranger novos conhecimentos, transpormos novas fronteiras, compreendermos a história dos africanos e afrodescendentes por séculos negada, ocultada.

Acreditando que os livros constituem importante ferramenta para a formação integral do educando, apresentamos às crianças, além dos livros, vídeos – uma vez que o acesso a muitas histórias só foi possível na forma audiovisual. Através das histórias lidas ou escutadas as crianças se identificam, criam e recriam hipóteses e histórias, se espelham nos personagens para construir brincadeiras, formulam questões a cerca do que é certo e do que é errado.

A leitura de histórias é um momento em que a criança pode conhecer a forma de viver, pensar, agir e o universo de valores, costumes e comportamentos de outras culturas situadas em outros tempos e lugares que não o seu. A partir daí ela pode estabelecer relações com a sua forma de pensar e o modo de ser do grupo social ao qual pertence. As instituições de educação infantil podem resgatar o repertório de histórias que as crianças ouvem em casa e nos ambientes que frequentam, uma vez que essas histórias se constituem em rica fonte de informação sobre as diversas formas culturais de lidar com as emoções e com as questões éticas, contribuindo na construção da subjetividade e da sensibilidade das crianças.
(BRASIL. 1998b, p. 143)

Como podemos constatar na leitura acima, a leitura tem grande importância na vida das crianças, quando essas ainda pequenas, dependem de outros para se apropriar do que está escrito, a responsabilidade do adulto se torna ainda maior. Trazer para os pequenos uma literatura que traga a diversidade étnica e negro como protagonista certamente despertará nas crianças uma auto-identificação e valorização desta.

A literatura tornou-se uma grande aliada para apresentar ao mundo infantil as distintas possibilidades de ser brasileiro. Livros que trazem heróis com características



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

mais próximas do biótipo do povo brasileiro ainda não fazem parte das bibliotecas escolares, mais a cada dia vem ganhando mais espaço. Hoje já é possível encontrar muitos títulos que trazem o negro e a sua herança cultural, entre eles estão: “A Menina e o Tambor” de Sonia Junqueira; “Três Contos Africanos” de Rogério Andrade Barbosa; “Minha Princesa Africana” de Marcio Vassalo; “A Semente que veio da África” de Heloísa Pires Lima; “Berimbau mandou te chamar” de Mariana Massarani entre outros títulos mais conhecidos, a exemplo de “Menina Bonita do laço de fita” de Ana Maria Machado.

Aos poucos vamos conhecendo e reconhecendo nossos heróis, Zumbi dos Palmares não é mais um completo estranho para as crianças brasileiras, o Dia da Consciência Negra que é comemora em homenagem ao dia de sua morte é um importante marco na luta para que aqueles que ajudaram a construir o nosso país não sejam esquecidos, que venha ao conhecimento de todos a história contada não apenas pelo ponto de vista de quem venceu, o legado de Zumbi, que trata entre outras coisas da luta pela liberdade permaneceu até os dias de hoje, e a cada dia é mais lembrado e comemorado por nós, brasileiros.

Pesar de algumas conquistas, simbólicas e concretas, como, por exemplo, o reconhecimento oficial de Zumbi dos Palmares como herói nacional, “herói negro dos brasileiros”, os movimentos negros ainda não conseguiram mobilizar todas as suas bases populares e inculcar-lhes o sentimento de uma identidade coletiva, sem a qual não haverá uma verdadeira consciência de luta (MUNANGA, 2008 p.15).

Essa consciência da qual nos fala KabengeleMunanga, só pode ser alcançada com o envolvimento de todos, sem deixar que caísse no esquecimento a luta e a história daqueles que deram suas vidas em prol da liberdade e da igualdade, envolver creches e pré-escolas nessas discussões é muito positivo, pois além das crianças os pais estão diretamente envolvidos no processo e na vida cotidiana no filho junto a unidade educacional. Se quisermos construir um Brasil menos desigual não podemos excluir nenhum cidadão ou espaço que possamos ocupar. A temática afrobrasileira está cada dia mais na pauta no país.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

Dada a grande diversidade de temas que este eixo oferece, é preciso estruturar o trabalho de forma a escolher os assuntos mais relevantes para as crianças e o seu grupo social. As crianças devem, desde pequenas, ser instigadas a observar fenômenos, relatar acontecimentos, formular hipóteses, prever resultados para experimentos, conhecer diferentes contextos históricos e sociais, tentar localizá-los no espaço e no tempo. Podem também trocar ideias e informações, debatê-las, confrontá-las, distingui-las e representá-las, aprendendo, aos poucos, como se produz um conhecimento novo ou por que as ideias mudam ou permanecem (BRASIL, 1998b, p. 172).

Assim, as atividades realizadas devem tomar como parâmetro as orientações pedagógicas legais. Na Educação Infantil existem muitas ferramentas que podem ser usadas para trabalhar a temática da etnicidade, no entanto, é necessário respeitar o universo infantil e suas singularidades para que o trabalho seja, de fato, construído e entendido pela criança. Consta no Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) que as atividades vivenciadas nessa fase devem contribuir para o desenvolvimento integral da identidade da criança e para que esta possa ter acesso a um conhecimento ajustado da realidade social e cultural que está inserida. Nesse documento está posto que na Educação Infantil o ensino e as práticas devendo considerar

(...) as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania devem estar embasadas nos seguintes princípios:

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade (BRASIL, 1998a, p.13).

Os projetos voltados para a temática da etnicidade afro tem nos dado a convicção de que o combate ao preconceito racial no âmbito educacional é



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

indispensável. O reconhecimento da existência do preconceito é fruto das vitoriosas lutas dos movimentos sociais (negro) pela construção de um Brasil mais justo e menos desigual. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a exemplo do Volume 10, enfatiza que tratar das diversas heranças culturais presentes na população brasileira, é fundamental “(...) para a formação de novas mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão”, afirma:

Há muito se diz que o Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural, plural em sua identidade: é índio, afrodescendente, imigrante, é urbano, sertanejo, caíçara, caipira... Contudo, ao longo de nossa história, têm existido preconceitos, relações de discriminação e exclusão social que impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania (BRASIL, 1997, p. 15).

Mas, a prática tem mostrado que ainda encontramos muitas resistências para abordar as questões afro, principalmente as relativas a religiosidade. Nesse aspecto, a resistência pode ser observada não apenas por parte das famílias, mas também por parte dos educadores. A questão da religião é considerada de “difícil” aceitação para muitos educadores, razão pela qual a dificuldade de abordar as práticas religiosas de influência africana nas escolas e creches é a de mais complexa busca de superação – mesmo que na nossa Constituição (Art. 5º inciso VI) esteja dito que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

Apromulgação da Lei 10.639 em 2003, a partir das mudanças motivadas, tem ajudado a reverter distorções e lacunas alusivas a história e a cultura das matrizes africana e afrobrasileira, ajudando-as na efetiva correção. Mostrar que o Brasil, em decorrência de sua formação multiétnica, é religiosamente sincrético. Eis a “porta” pela qual o reconhecimento e o respeito as religiões de origem africana possam acontecer na pauta de discussões no ambiente familiar e escolar.

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela (BRASIL, 1997, p. 23).

À medida que as experiências vão sendo vivenciadas, novas questões aparecem, contribuindo assim, para a reflexão e a resolução das mesmas. Para alguns educadores essa mudança ainda causa estranheza, o RCNEI trouxe um norte para os profissionais de creches e pré-escolas, preencheu uma lacuna que estava presente há muitos anos, pois professores não encontravam material adequado para basear o seu trabalho em sala de aula.

O Referencial foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira.

Esperamos que os esforços daqueles que participaram dessa empreitada, em nome da melhoria da educação infantil, possam reverter em um enriquecimento das discussões pedagógicas no interior de cada instituição, subsidiando a elaboração de projetos educativos singulares, em parceria com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1998b, p.10). (Grifo nosso).

Buscamos a cada vez mais informações e formações para dar continuidade ao trabalho com a Lei 10.639/2003, almejamos com o dia em que todas as escolas e creches do país respeitem a lei, não por medo de punição, mas principalmente por reconhecer a temática africana e afrobrasileira essencial nas salas de aula, reconhecer e privilegiar as discussões a cerca da diversidade só pode trazer benefícios para as crianças, a comunidade e para as instituições, sendo assim, acreditamos que a creche/escola é o espaço mais que apropriado para promover a discussão sobre a diversidade,



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

racismo e demais temáticas que vierem a contribuir com a construção de um país mais consciente de sua própria história.

Priorizando a participação de toda a comunidade escolar os projetos alcançam resultados mais amplos, no caso da creche, onde o contato com a família é diário, o retorno e alcance pode se dar de maneira mais rápida, a relação família-escola é muito próxima, um espaço riquíssimo de onde as discussões que cercam a nossa sociedade não pode ficar de fora.

REFERENCIAS

BRASIL. PODER JUDICIÁRIO. Estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei Federal n.º 9.394, de 26/12/1996.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual – vol. 10 – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI. Brasília, MEC/SEF, 1998a. Volume I.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI. Brasília, MEC/SEF, 1998b. Volume III.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Federal de 05/10/1988. Brasília: Senado Federal, 2000.

MUNANGA, Kibengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade Nacional versus identidade negra. – 3. Ed.- Belo horizonte: Autêntica, 2008.

MOTTA, Elias de oliveira. Direito Educacional e educação no século XXI: com comentários à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; prefácio de Darcy Ribeiro. Brasília: UNESCO, 1997.